

Aspectos da formação parcelada de professores leigos que ensinavam Matemática no interior do Mato Grosso do Sul nos anos 90

Some remarks on the formation of teachers who taught Mathematics in Mato Grosso do Sul in the 90's in a special formation programm

Kátia Guerchi Gonzales¹

Vicente Marafioti Garnica²

RESUMO

O presente artigo tem como propósito explorar e analisar aspectos do contexto histórico e algumas implicações de uma estratégia educacional implementada no estado de Mato Grosso do Sul, na década de 1990, denominada Licenciaturas Parceladas de Ciências – Habilitação em Matemática. Para tanto, a metodologia da História Oral foi utilizada para a elaboração e a análise de fontes criadas a partir de entrevistas realizadas, entre nos anos de 2015 a 2017, com oito colaboradores – idealizadores, professores-formadores coordenadores e um ex-aluno. Foram percebidas, nos relatos, marcas de pressão cultural e política para que se reproduzisse de modo pleno, mas em tempo reduzido, em condições precárias, num formato emergencial e parcelado, o curso oferecido de modo regular na sede da Universidade. Em linhas gerais, mesmo apontando várias limitações e problemas nessa modalidade de formação - que incluem desde questões políticas, aspectos financeiros e o comprometimento do estado, até questões logísticas e organizacionais relativas ao curto tempo para a assimilação, sistematização e problematização de conteúdos -, nossos colaboradores avaliam a experiência como positiva.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Matemática. Formação Emergencial de Professores. História Oral. Mato Grosso do Sul.

ABSTRACT

This paper has as its main goal to explore and analyse in general lines the historical context and some implications of the creation and development of the so called Licenciaturas Parceladas, an undergraduate course offered in parcels during school summer and winter breaks, in the 90's, in Mato

¹ Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). E-mail: profkatiaguerchi@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2827-2545>.

² Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). E-mail: vicente.garnica@unesp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0750-8483>.



Grosso do Sul state, Brazil. Oral History gives its methodological framework which had as starting point interviews (taken in the years 2015-2017) with eight professionals – professors, coordinators and a former student – who took part in such formation program. Some cultural and political pressures characterize the teachers formation initiative, trying to build in exceptional conditions the same structure and the teaching and learning processes that took place in regular conditions and facilities. Those participants carry positive impressions of the course, in spite of the lack of political commitment of the state and the difficulties related to teaching and learning issues.

KEYWORDS: Mathematics Education. Emergencial Teachers Formation. Oral History. Mato Grosso do Sul (Brazil).

Introdução

Este artigo tem como pano de fundo as chamadas Licenciaturas Parceladas em Matemática, então vinculadas a um projeto mais amplo de Interiorização do ensino de graduação que incluía a formação de 1º, 2º e 3º graus no Mato Grosso do Sul. A implantação e o desenvolvimento dessa Licenciatura em Regime Parcelado de Ciências – habilitação em Matemática, da qual este artigo trata, deu-se, nesse estado, na década de 1990. Há outras Licenciaturas Parceladas na História da Educação Brasileira, uma delas, inclusive, implantada no então estado de Mato Grosso (Uno), na década de 1970. Em termos gerais, a Licenciatura Parcelada foi uma modalidade de formação emergencial, realizada em época de férias escolares, para habilitar professores leigos num estado da federação carente de docentes especializados para atender as escolas do interior devido ao crescimento da rede pública de ensino. Para uma caracterização mais detalhada dessas iniciativas parceladas e suas idiosincrasias sugerimos ao leitor o estudo de Gonzales (2017), posto que este não é o tema central deste artigo, que visa discutir alguns assentamentos dessa modalidade de formação supondo já conhecidas suas características gerais. No âmbito desse projeto de interiorização, a meta inicial era qualificar e instrumentalizar 500 professores da rede estadual e municipal de ensino. Desse total, 200 vagas seriam oferecidas para o Curso de Pedagogia-Habilitação Magistério da Pré-Escola e Magistério para as Séries Iniciais do 1º Grau, e 150 vagas para o Curso de Ciências – Habilitação em Matemática, em regime parcelado, nos municípios polos de Jardim e Coxim, no período de 1990 a 1993 (Osório, 1990).

A concretização desse projeto, segundo o Termo Aditivo nº 01/90 ao convênio nº 11/90 - essencial para estabelecer as bases institucionais necessárias e sustentar a estrutura planejada para a continuidade do curso em regime parcelado nas cidades de Jardim e Coxim - deu-se numa articulação entre o Estado de Mato Grosso do Sul, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e a Secretaria de Educação do estado. Este artigo busca compreender essa modalidade de formação, analisando aspectos

históricos, políticos e educacionais, visando contribuir para uma reflexão sobre as práticas formativas em educação.

A História Oral: criar e analisar fontes históricas

No encaminhamento desta pesquisa, lançamos mão dos procedimentos comuns à metodologia da História Oral, do modo como eles têm sido propostos e teorizados por pesquisadores que adotam essa perspectiva em Educação Matemática. Ainda que os procedimentos sejam assumidamente flexíveis, alguns de seus elementos têm se mantido estáveis em inúmeras pesquisas, a saber, "a seleção dos depoentes, a elaboração de um roteiro para entrevistas, a realização de entrevistas gravadas e/ou filmadas, a transcrição das entrevistas, a textualização, as conferências, a assinatura de carta de aceite pelos depoentes e a análise" (Martins-Salandim, 2007, p. 26).

As transcrições envolvem o registro da entrevista oral em suporte escrito, com intuito de preservar o que é relatado, conservando, inclusive, marcas da oralidade. Já a textualização, segundo Silva (2006), edita a narrativa visando a permitir leitura mais fluente de modo a evitar, tanto quanto possível, dificuldades de análise. Para isso, se julgado necessário, o pesquisador pode excluir ou reordenar frases, tanto quanto pode (re)elaborar sentenças, reestruturando a transcrição da entrevista, embora sempre mantendo um paralelo rígido com o que o colaborador disse.

A História Oral não é compreendida por nós como uma forma de preencher possíveis lacunas em pesquisas que se valeram de outras fontes, "mas como elemento vital para a constituição de versões de uma história. A entrevista "[...] tem como pressuposto que se está produzindo uma fonte, um documento" historiográfico (Martins-Salandim, 2007, p. 21).

Os relatos dos colaboradores são construções feitas a partir de condições enunciativas historicamente produzidas e, portanto, remetem à cultura, à economia, à política de uma época, bem como a sentimentos e detalhes que são de difícil recuperação. Submetê-los a uma racionalização severa implicaria excluir, deles, as singularidades que os caracterizam e os tornam únicos. Também por isso não se deve "limpar", dissolver ou apagar as marcas das falas de cada um, assim como não se pode eliminar as estranhezas e as diferenças na busca por tornar os relatos padronizados segundo um determinado modo de falar e pensar. O oralista, portanto e entretanto, tenta manter, em meio a tantos pressupostos, o "tom vital" do colaborador, aquilo que o caracteriza e aquilo em que ele próprio se reconhece.

Tentar enquadrar discursos individuais como gerais é tomar como verdade os saberes instituídos. Cada um dos colaboradores, em seus relatos, expressa suas verdades, já que a entrevista e os textos dela resultantes são momentos em que eles quebram o silêncio e tomam a palavra em interlocução com o entrevistador. Considerar uma pluralidade de perspectivas singulares - tanto maior quanto mais diversos forem os colaboradores da pesquisa - só contribui para o enriquecimento e a legitimidade das análises, pois, de acordo com Albuquerque Júnior (2007), é por meio das diferenças que se conhece a uniformidade e a semelhança. Neste sentido, podemos citar alguns trabalhos, como os de Cury (2011), Morais (2012), e Fernandes (2014) que, ao lançar mão da História Oral, trabalham com uma análise narrativa de narrativas que busca elaborar um texto (uma narrativa) em que não haja meras categorizações ou sistematizações prévias, mas opere como uma composição de tramas permeada continuamente pela subjetividade dos intérpretes, que tentam compreender as singularidades dos relatos dos colaboradores e revelar, tanto quanto possível, suas marcas e seu caráter único. Não cabe buscar uma generalização dos resultados encontrados: a narrativa constituída nesse movimento de análise será mais uma versão histórica num imenso conjunto de versões histórias possíveis, e o que rege o pesquisador-intérprete não é a busca pela quimérica verdade única e una, mas a plausibilidade das asserções.

Nossa intenção é apresentar ao leitor, aqui, pontos de referência que compõem a paisagem desta pesquisa: o contexto de criação e desenvolvimento das chamadas Licenciaturas em Regime Parcelado da década de 1990, em Mato Grosso do Sul. As narrativas de Antônio Lino Rodrigues de Sá, Luiz Carlos Pais, Antônio Enes Nonato, José Magalhães de Freitas, Sidnei Azevedo de Souza, Edmir Ribeiro Terra, Celso Correia de Souza e Antônio Carlos do Nascimento Osório nos guiaram. Sendo colaborativa e solidária, essa interpretação que agora disponibilizamos - uma entre outras tantas possíveis - se dá num entrelaçamento de percursos e de modo algum deve ser tomada como definitiva.

Mato Grosso do Sul: novo estado de desigualdades

Para nos aproximarmos do contexto em que as Licenciaturas em Regime Parcelado foram propostas, constituídas e desenvolvidas, vale nos guiarmos pelos estudos de Bourlegat (2000) que nos mostram que, entre 1985 e 1988, houve um grande aprofundamento da crise agrária posto que, no período, foi cancelada a isenção de tributos à exportação, o que fez com que os agricultores sofressem dupla tributação, tanto nos insumos como no produto final. Assim, o modelo de cultivo

agrícola praticado no Mato Grosso do Sul durante os governos militares entrou em crise, tendo efeitos diretos sobre a estrutura fundiária, reforçando o modelo das médias e grandes propriedades em detrimento das menores. Diante desses novos direcionamentos, a partir de 1985, a economia do estado passou a sofrer modificações sensíveis, e a área de cultivo agrícola do Mato Grosso do Sul começou a estreitar-se.

Em via oposta, a pecuária ampliou-se substancialmente, tornando o estado um grande produtor de gado do país, já que a incorporação tecnológica na área não sofreu com a mesma intensidade os efeitos que havia causado na agricultura, e o crescimento do rebanho, por hectare, juntamente com os preços crescentes no mercado, garantiam boa rentabilidade. Porém, segundo Bittar (2009), esse modo dominante de exploração de terra prejudicava outras possíveis atividades econômicas do estado, como ocorreu, por exemplo, com a produção de arroz que, em 1970, era significativa e, à época, sofreu grande queda.

A cultura da soja e da cana de açúcar passou a ser enfatizada nas lavouras sul-mato-grossenses, uma vez que, nas palavras de Bittar (2009), elas "atendiam aos interesses comerciais". Em contrapartida, a produção de culturas de gêneros destinados ao consumo local, como feijão, arroz, milho, entre outros, despencou, reduzindo-se a cada safra. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1985 revelam que, enquanto as atividades da agricultura ocupavam 3.771.911 hectares, a pecuária ocupava 26.537.411 de hectares. Contudo, essa mesma atividade, a agropecuária, que provocava o caos na sociedade sul-mato-grossense, tornou o estado um dos mais ricos do Brasil, já que, entre os estados brasileiros, era um dos de maior renda per capita, classificado pela ONU entre os cinco primeiros estados com melhor índice de desenvolvimento humano – IDH.

Apesar de tanto crescimento na pecuária e no agronegócio, o território que atualmente compreende o Mato Grosso do Sul e que, na década de 1960, era predominantemente rural, contando com um grau de urbanização de 42%, passou, em 1980, a atingir 67% de percentual urbano. Segundo Bittar (2009), essa redução da população no campo deve-se às transformações tecnológicas ocorridas na agricultura. Assim, o crescimento significativo da pecuária não implicou um aumento da população rural. Dessa forma, houve um processo rápido de urbanização suscitado pela estrutura fundiária concentradora, em um panorama marcado pelo baixo índice de investimentos sociais, o que implicou a deterioração da qualidade de vida nas cidades.

Dois crescimentos exponenciais, contraditórios entre si, marcavam de maneira enfática a estrutura socioeconômica do estado: a expansão desenfreada da pecuária de corte e do agronegócio e uma acelerada urbanização abandonada pelas políticas sociais. Nesse contexto, o estado apresentava imensas deformações na distribuição salarial da força do trabalho. No ano de 1985, enquanto 81% da população recebia até três salários-mínimos, 1,5% ganhavam mais de vinte. Esse fenômeno acarretou a formação de favelas nas periferias das maiores cidades do estado e, segundo Bittar (2009), tornava-se cada vez mais evidente a aglutinação de pessoas em conjuntos habitacionais precários, conforme cresciam os conflitos pela posse de terra entre os maiores pecuaristas do estado, a população indígena e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

No cenário desse novo estado contrastavam o gado branco e os campos verdes com pouquíssima presença humana, uma realidade que não parece ter se alterado nos tempos atuais. Segundo Bittar (2009), que toma como base os dados de 2005 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a população era, naquele período, de um pouco mais de dois milhões de habitantes (2.267.094), enquanto havia cerca de vinte e cinco milhões de cabeças de gado. Os rebanhos do estado eram conhecidos por sua excelente qualidade, e a partir do controle da febre aftosa – exigência do Escritório Internacional de Epizootias –, no final dos anos de 1990 iniciou-se a exportação de gado para a Europa (Bourlegat, 2000, p.336).

Em meio a obras gigantescas e inacabadas, uma Educação à míngua

Juntamente com a concentração de riqueza e a estabilidade econômica no Mato Grosso do Sul, a hegemonia partidária dos dirigentes, no cenário político – que defendiam o interesse da elite sul-matogrossense –, marcava-se pela dualidade, traço indelével da política institucional do estado. Como relembra Bittar (2009, p.107), essa dualidade “não foi uma invenção do novo estado. Ao contrário: ela tinha profundas raízes no passado, ou seja, em Mato Grosso uno”. Desse modo, a partir de 1982, elegeram-se governadores: Wilson Barbosa Martins, do PMDB, em 1982; Marcelo Miranda Soares, do PMDB, em 1986; Pedro Pedrossian, do PTB, em 1990; Wilson Barbosa Martins do PMDB, em 1994; e, somente em 1998, José Orcírio dos Santos, o Zeca do PT, colocou fim à hegemonia partidária dos dirigentes. O olhar para essa listagem de governadores permite entender a situação delicada, em termos financeiros, que permeou os projetos educacionais e, especialmente, o das Licenciaturas Parceladas, mencionada pela maioria dos nossos colaboradores. Sobre esse fato, o professor-formador Antônio Carlos do Nascimento Osório afirma:

[...] sei que trocou o governo do estado e em 1990 assumiu a oposição ao governo anterior. Quem estava no governo na época quando fechamos o acordo [para a criação das Licenciaturas Parceladas] era o Marcelo Miranda. Mas aí voltou o Pedro Pedrossian. Também não posso te dizer que era oposição. Um era do PMDB, o outro, naquela época, nem sei que partido era. E a primeira coisa com o outro governo foi cortar as bolsas dos professores. Aí virou um caos. Foi um colapso. Por exemplo, eu mesmo cheguei a sair daqui para, sem mentira nenhuma, fechar um restaurante para pagar comida para eles, porque eles não tinham o que comer, e as pessoas começaram a ter uma manifestação muito complicada. Tinha professor que surtava...Porque era uma questão de sobrevivência, era outra situação (Entrevista do professor-formador Antônio Carlos do Nascimento Osório).

O antagonismo político gerou cortes de verbas para condução e conclusão de vários programas sociais, conforme ressalta o idealizador do projeto Parceladas, e desencadeou “uma evasão monstruosa, as pessoas não conseguem por uma questão simples, uma questão financeira” (Entrevista do professor-formador Antônio Carlos do Nascimento Osório).

Essa reincidência política e a tentativa de manter os dirigentes no poder estadual de Mato Grosso do Sul causavam não só desentendimentos entre os candidatos e os partidos, mas provocavam o caos na sociedade, que precisava de estabilidade para a execução de seus projetos. Conforme mudava o governo, mudavam também os interesses e o entendimento de quais eram as responsabilidades de cada instância. Entendia-se, naquele momento, “pelo pessoal que tinha assumido a Secretaria de Educação, que não era papel do estado formar professor”, enfatiza o professor-formador Antônio Carlos do Nascimento Osório.

Pedro Pedrossian, governador que poderia ter dado continuidade aos projetos do governo anterior, tinha um estilo político personalista, como observa Bittar (2009), orgulhando-se de grandes obras, como a implantação das duas Universidades – a Federal, com sede em Cuiabá (UFMT), e a Estadual, com sede em Campo Grande (UEMT) – marcas do que se entendia por uma modernização do estado da qual decorria a sustentação e a manutenção de seu prestígio e influência política. Nota-se, assim, que o perfil desse político – assim como o de vários que alcançaram o poder – não era dar continuidade a ações que priorizavam a sociedade, mas principalmente, favorecer e perpetuar a própria imagem, apostando em projetos iniciados e finalizados durante seu governo o que, para Pedrossian, implicava não ser vantajosa a continuidade dos projetos iniciados no final do governo anterior.

O governo de Pedrossian (1990-1994) contou com uma fraca mobilização social, com exceção do movimento dos professores que protagonizaram greves a partir de 1993, devido, novamente, ao arrocho salarial. O governo de Pedrossian,

entretanto, sempre é, de modo geral, avaliado positivamente, principalmente em comparação ao peemedebista que o antecedeu, o que talvez ocorra devido à marca registrada de Pedrossian – as várias obras de impacto realizadas, como parques, hospitais e estradas, mesmo inacabadas –, que evidenciaram muito seu governo. Contudo, o governo de Pedrossian também foi caracterizado pela desvalorização salarial de docentes e pelas muitas denúncias, segundo Bittar (2009), de desvio de recursos da educação para a construção de obras. Pedro Pedrossian finalizou seu governo com muitas obras inacabadas, mas que, ainda assim, faziam com que sua administração ficasse conhecida pela modernização em termos de obras de engenharia. Em 1997, com vinte anos de existência, o estado de Mato Grosso do Sul passava por sua mais grave crise financeira. Nas palavras de Bittar, o estado estava “imerso no caos de dívidas, além de haver herdado cerca de 70 obras inacabadas, situação que inclui o estado no ‘mapa do desperdício’” (Bittar, 2009, p.298).

O (segundo) governo de Wilson Barbosa Martins (1994-1998), portanto, herdou vários problemas administrativos e não conseguiu implementar os projetos sociais que havia previsto, o que desagradou as camadas que o haviam apoiado. Essa crise na administração pública acertou precisamente a Educação, e o magistério não poupou o governador que havia, no seu primeiro mandato, proporcionado aos docentes melhor situação salarial. Em meio a toda essa situação, Martins criticou os governos anteriores ao seu, afirmando que estava de pés e mãos atados, pois a ânsia de seus antecessores de “levantar obras gigantescas e de finalidade muitas vezes questionável comprometeram a economia estadual” (Bittar, 2009, p.299). Nesse viés, Wilson Barbosa Martins alinhou-se com o governo Fernando Henrique Cardoso, seguindo o programa nacional de enxugamento da máquina administrativa, causando numerosas demissões voluntárias na Educação do estado do Mato Grosso do Sul.

Essa administração peemedebista, a última da década de 1990, e tida como desastrosa, fez com que a Educação, constitucionalmente tida como dever do estado, ficasse à míngua, já que houve grande redução na aplicação de recursos financeiros nessa esfera.

Uma proposta em meio ao caos

Parte e decorrência desse estado de coisas, propostas e projetos que visavam à formação docente em caráter emergencial devido à carência de professores formados também foram comuns nas décadas de 1980 e 1990, como já haviam sido também em décadas anteriores.

Por meio do Termo Aditivo nº 01/90 ao convênio nº 11/90, o Estado de Mato Grosso do Sul, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e a Secretaria de Educação do Mato Grosso do Sul articularam-se visando a realizar cursos de nível superior, em regime parcelado, no interior do estado, tomando como polos as cidades de Jardim e Coxim. Esse termo aditivo foi fruto das relações institucionais necessárias para sustentar uma estrutura para a continuidade do curso de forma planejada. Assim, o acordo firmado com o estado estabelecia que ele era, nas palavras do professor-formador Antônio Carlos do Nascimento Osório, “responsável por pagar uma bolsa de estudo para os professores”, além de encarregar-se do pagamento dos professores-formadores da UFMS, pelos locais dos polos e pela acomodação de todos os envolvidos. Enquanto isso, a UFMS, como relembra o professor-formador Edmir Ribeiro Terra, desempenharia o seu papel “cedendo” professores (formadores), formalizando o curso e cuidando dos registros, controles e diplomação. Esses deveres e responsabilidades acordados no convênio deveriam ser mantidos durante todo o período de desenvolvimento da iniciativa.

De acordo com o professor-formador Antônio Lino Rodrigues de Sá, a Secretaria de Educação do Estado do Mato Grosso do Sul solicitou, por meio do ofício nº2412/GAB/SE/89, que fossem feitos estudos para o possível oferecimento de cursos nas áreas de Pedagogia, Letras e Ciências para atender os municípios que apresentavam maior concentração de professores leigos, segundo levantamentos realizados pelo Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos (CDRH/SE). Disso, a Coordenadoria de Desenvolvimento e Avaliação do Ensino, por meio da Pró-Reitoria de Ensino de Educação, no dia 08 de janeiro de 1990, encaminhou ao Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFMS o projeto Interiorização do Ensino de Graduação, subprojeto Integração do Ensino de 1º, 2º e 3º Graus, propondo a criação dos cursos de Pedagogia, Letras e Ciências nas cidades de Jardim e Coxim.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – COEPE, ao emitir o parecer, baseou-se na Constituição Federal, no parágrafo único do Art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que reza que as universidades públicas, ao descentralizarem suas atividades, deveriam fazê-lo de maneira a estender suas unidades de ensino superior aos municípios com maior densidade populacional (Brasil, 1988). Pronunciou-se, então, favorável à criação dos cursos de acordo com as Resoluções nº037 e nº038 emitidas pelo COEPE, com data de dia 19 de janeiro de

1990. Tais Resoluções permitiram a abertura de 100 vagas para cada curso em cada um dos polos, a partir de julho de 1990. Em seguida, o Conselho Universitário da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - COUN, no dia 28 de março, por meio das Resoluções nº009 e nº010, aprovou a criação dos cursos.

Para que se tornasse possível a realização do projeto de graduação em regime parcelado nas cidades de Coxim e Jardim, em 26 de abril de 1990 foi assinado o convênio 11/90 entre a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e o Estado de Mato Grosso do Sul, com a interveniência da Secretaria de Educação/MS. Previa-se que os cursos de nível superior em regime parcelado de Letras (Habilitação Português e Literatura de Língua Portuguesa); Ciências (Habilitação geral em Ciências de 1º grau e Habilitação em Matemática); Pedagogia (Habilitação Plena em: Magistério da Pré-Escola e Séries Iniciais e Magistério de Matérias Pedagógicas do 2º grau) tivessem 100 vagas destinadas aos professores das redes públicas do ensino do estado, que deveriam ser subdivididas em turmas que contemplassem as regiões previstas no projeto.

Sob a responsabilidade da UFMS, houve, no primeiro momento, a realização do vestibular, ocorreu o planejamento e formou-se a coordenação didático-pedagógica e a coordenação geral. Couberam, assim, à Universidade, acompanhar o projeto, efetivar as matrículas e os assentamentos acadêmicos, cuidar da movimentação e dos registros de alunos, a avaliação do rendimento escolar e a expedição de diplomas. Além disso, a UFMS deveria indicar os professores para atuar nos cursos, fornecer a lista de candidatos aprovados no Vestibular à Secretaria de Educação/MS, e responsabilizar-se pela oferta dos cursos exclusivamente no prazo estipulado no convênio. Incumbência ainda da UFMS era o auxílio à Secretaria de Educação/MS e às Prefeituras Municipais para a redefinição dos conteúdos a serem desenvolvidos nas escolas de 1º e 2º graus. Ao Estado, por meio da Secretaria da Educação/MS, caberia garantir as despesas pertinentes às passagens e às diárias dos ministrantes e do Coordenador Geral dos Cursos, bem como o pagamento da ajuda de custos para os professores da Rede Estadual de Ensino durante todas as etapas do curso; o pagamento dos professores por hora-aula ministrada – valor correspondente ao recebido pelo Professor Assistente I da Universidade. Também deveria assegurar a disponibilização de espaços físicos (salas de aula, laboratórios, bibliotecas, cantinas), o material instrucional necessário, e responsabilizar-se pelo funcionamento de equipamentos e pela disponibilização de materiais para aulas nos laboratórios. A Secretaria da Educação/MS designaria, por região, um coordenador

local para acompanhar a realização dos cursos, colocando à sua disposição um secretário, um datilógrafo e dois auxiliares de serviços diversos, em cada um dos polos, durante o período de funcionamento e realização dos cursos. Por meio de um termo de Cooperação Mútua firmou-se um acordo entre a SE/MS e as Prefeituras envolvidas para cobrir as despesas dos participantes das redes municipais. Por fim, a Secretaria de Educação/MS deveria responsabilizar-se pelo acompanhamento dos cursos.

Com o objetivo, explícito no projeto, de capacitar docentes que atuavam em regime especial na rede pública de ensino de 1º e 2º graus, o projeto tinha como finalidade proporcionar aos docentes oportunidades de estudo e análise das práticas pedagógicas de modo que fosse possível redimensionar a proposta curricular da rede pública. Para isso, segundo o relatório de pesquisa do professor-formador Antônio Lino Rodrigues de Sá, o projeto foi embasado legalmente no artigo 104 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº4.024, de 20 de dezembro de 1961, à época em vigor, que mencionava a possibilidade da organização de cursos experimentais, com métodos e períodos escolares próprios. Enfatizava ainda que a UFMS já tinha desenvolvido experiências com cursos realizados em períodos de férias escolares. A meta, assim, era qualificar e instrumentalizar professores leigos

[...] através do oferecimento de 200 (duzentas) vagas para o Curso de Pedagogia-Habilitação Magistério da Pré-Escola e Magistério para as Séries Iniciais do 1º Grau, 150 (cento e cinquenta) vagas para o Curso de Ciências – Habilitação em Matemática em regime parcelado, nos municípios polos de Jardim e Coxim, no período de 1990 a 1993 (Osório, 1990, p. 4).

Várias foram as justificativas apresentadas no projeto para a sua efetivação. A primeira considerava a forma precária como a formação de professores leigos ocorria, por meio de cursos oferecidos em treinamentos que somente proporcionavam uma perspectiva global, acarretando um processo de capacitação fragmentada. Diante disso, os cursos oferecidos nesse projeto deveriam obedecer às estruturas curriculares aprovadas para os cursos regulares da Universidade. Previa-se, ainda, no projeto, para os alunos, uma avaliação por meio de questionários a cada etapa concluída, como também reuniões com o corpo docente, visando ao aprimoramento e à adequação das etapas subsequentes. Todas essas avaliações seriam discutidas em reuniões com o colegiado dos cursos, composto pelo Coordenador Geral do Projeto como presidente, e os Coordenadores dos Cursos de Pedagogia e Letras, de Matemática e de Biologia. O prazo previsto para a execução das etapas e finalização do projeto e do convênio entre o Estado e a Universidade era 31 de janeiro de 1995.

Atribuindo significados: nós e nossos colaboradores +

Se quiséssemos ressaltar uma das mais claras asserções sobre como foram essas licenciaturas, talvez pudéssemos tomar emprestada a afirmação do professor-formador Antônio Carlos do Nascimento Osório: “os livros, a carga horária, a ementa e os professores, era tudo igual (em relação aos cursos da sede), só mudava a forma com que as disciplinas eram trabalhadas”. No entanto, essa afirmação não é absoluta, nem o único modo de perceber aquela experiência plena de singularidades. Assim, além dessa percepção, buscamos outras perspectivas sobre esses cursos segundo cada um dos nossos colaboradores.

Na visão de alguns, os cursos tinham ampla aceitação e eram procurados por uma grande quantidade de candidatos. Contudo, a aceitação dos professores leigos pela Universidade era problemática. Segundo o professor Antônio Lino Rodrigues de Sá, havia muita resistência da academia, pois acreditava-se que esses cursos aconteciam "de qualquer jeito", o que manifestava e fazia circular um preconceito sobre essa modalidade de formação. Para o professor-formador Antônio Carlos do Nascimento Osório, “As pessoas que criticavam achavam que isso feria o saber, o conhecimento, essas coisas todas. Vários professores tinham preconceito. Os conselhos da Universidade questionavam demais o projeto. Para eles, era atentado à moral, à paz e à ordem da academia”. O professor-formador José Luiz Magalhães de Freitas também se recorda da rejeição que existia quanto ao modo como foram oferecidas essas licenciaturas, indicando que alguns professores da UFMS questionavam esse trabalho afirmando que “não dava para trabalhar com essas disciplinas daquela forma concentrada, sem um amadurecimento, pois precisam de maior tempo para processamento daqueles conteúdos mais abstratos, e resolução de listas de problemas”. Esse preconceito era sentido pelos alunos. O aluno (professor-em-formação) Antônio Enes Nonato, embora assegure que a rejeição era mínima, afirma que até depois da formatura havia comentários dentro das escolas em que trabalhavam, considerando que “essa foi uma faculdade 'feita nas coxas', essa faculdade Parcelada”.

Vale notar que esse preconceito existente é refutado pelos colaboradores de nossa pesquisa. Para eles, “as disciplinas acabavam, muitas vezes, exigindo muito mais desses professores”, como explicita o professor-formador José Luiz Magalhães de Freitas. Nesse mesmo viés, Luiz Carlos Pais menciona que o preconceito, equivocadamente, existia, pois acreditava-se que havia queda na qualidade de ensino que talvez fosse pensada no que diz respeito à quantidade de exercícios trabalhados,

ou em relação ao rigor no tratamento de alguns tópicos, que acabava sendo menor devido à ausência, muitas vezes, de algumas demonstrações, como apontado pelo professor-formador Edmir Ribeiro Terra. Esse conjunto de fatores levava até mesmo os professores que atuavam no curso, como o professor-formador Celso Correia de Souza, a dizer que a formação não era “tão acadêmica” quanto aquela oferecida no curso de regime regular. Sobre essa tão enfatizada diferença de qualidade, trata um pouco mais o professor-formador José Luiz Magalhães de Freitas:

Francamente, nas disciplinas que eu ministrei, eu não percebia muita diferença da formação das Licenciaturas Parceladas ou Direta. Olha, uma diferença perceptível era em termos de quantidade, pois, a qualidade das produções era praticamente a mesma. Uma diferença era o tempo para estudo, devido ao fato de ser concentrada, mas que era compensada pela manifestação de interesse. [...] Por exemplo: o fato de trabalhar muito ali, de estar discutindo o tempo todo. Eles se sentiam motivados e creio que, às vezes, até aprendiam mais do que se ficassem mais tempo...Então, eu acho que havia vantagens e desvantagens (Entrevista do professor-formador José Luiz Magalhães de Freitas).

Dessa forma, esse docente reforça que o diferencial, em sua atuação nas Licenciaturas em Regime Parcelado, era trabalhar com uma quantidade reduzida de questões em listas de exercícios e no número de avaliações. Porém, a limitação não se dava no aspecto de qualidade. Sendo assim, na visão dele, não havia nada facilitado para os alunos desses cursos: os docentes respeitavam os momentos efetivos de trabalho com os alunos, não abusando nas cobranças. Para o colaborador, o que se tinha a mais nos cursos da sede eram as oportunidades para os alunos do regular, que poderiam cursar mais disciplinas optativas, trabalhar em projetos, além de terem uma melhor infraestrutura nos campi da UFMS. Todos esses elementos geradores de mais oportunidades criam um ambiente que, na visão do professor-formador José Luiz Magalhães de Freitas, podia favorecer os alunos que participam efetivamente das Licenciaturas na sede.

O professor-formador Sidnei Azevedo de Souza também aponta para esse mesmo sentido: não havia, segundo ele, tanta distinção entre os cursos oferecidos em regime parcelado e aquele do regime regular. Para ele, a principal diferença residia no que ele chama de “avanço dos conteúdos”, que era mais lento. O professor-formador Antônio Lino Rodrigues de Sá afirma que praticamente a única diferença entre os cursos “era que as Parceladas eram trabalhadas em módulos”, e ressalta também o interesse dos alunos, considerando que eles viam o curso como uma oportunidade, e que todo o material trabalhado reverberava, dado o empenho demonstrado pelos alunos. Assim, destaca: “A gente sentia mais satisfação, muito

mais prazer em trabalhar na Licenciatura Parcelada do que aqui na sede, porque lá o pessoal cobrava, pedia, trazia”. Segundo o professor-formador Antônio Carlos do Nascimento Osório, os alunos aproveitavam ao máximo a oportunidade dada, o que pode ser um dos motivos de sua dedicação à proposta.

Para o professor-formador Edmir Ribeiro Terra, o curso atendeu a um dos seus objetivos que, segundo ele, era

[...] capacitar os leigos. Qualificar quem tinha formação em Ciência, por exemplo, para se formar em Matemática. Também era de oferecer complementação para quem tinha Licenciatura Curta. Além de ter também o objetivo de ampliar a oferta dos professores no estado. Esses eram os objetivos que, eu entendo, eram os mais importantes (Entrevista do professor-formador Edmir Ribeiro Terra).

O mesmo colaborador salienta ainda que os cursos eram uma boa estratégia, já que todos os objetivos explicitados convergiam para uma finalidade comum, ou seja, atender as escolas e fortalecer nelas o quadro de professores, ampliando, assim, a oferta de profissionais no mercado de trabalho, com um maior domínio de suas práticas. Desse modo, o colaborador acredita que a proposta foi muito boa, até mesmo porque, em sua visão, a qualificação desses professores do interior não tinha outra forma de ser feita. Assim, para o professor-formador Edmir Ribeiro Terra, essa era realmente a única solução à época, uma vez que os professores do interior do estado não tinham condições para se deslocarem até a capital. Ele explica que o professor formado na UFMS da capital não trabalharia nas escolas do interior do estado. Diante dessas dificuldades em formar professores de Matemática para atender principalmente o interior do estado, o professor Edmir acredita que esse projeto tenha sido uma solução, já que, a seu ver, resolveu o problema, cumpriu seu objetivo. Pelo mesmo caminho seguem vários outros entrevistados, como Antônio Carlos do Nascimento Osório, José Luiz Magalhães de Freitas, Celso Correia de Souza e Antônio Enes Nonato.

Outro fator que leva o professor-formador Edmir Ribeiro Terra a pensar nessa proposta como uma experiência válida é o fato de ele acreditar que os alunos não chegariam a ser aprovados em concursos nem a ocupar cargos administrativos, não fosse a formação que tiveram nesses cursos. O único problema, na visão desse colaborador, e que, para nós, é o eixo condutor de sua narrativa, é o governo não cumprir seu papel no acordo, tendo deixado a Universidade sozinha para finalizar os cursos, inviabilizando a continuidade da proposta. “Então, o que aconteceu?” questiona o professor Edmir Ribeiro Terra:

No meio do caminho, a Universidade ficou sozinha, eles pararam a parceria, e a Universidade foi até o fim. O reitor, o professor Celso Vitório Pierezan, ele era reitor na época, falou: “Eu vou terminar”; a Universidade disse: “Eu comecei, eu vou terminar, não interessa onde vou arrumar o dinheiro, eu vou terminar esses cursos”. E o Governo, por sua vez, que precisava asfaltar o campus lá em Campo Grande, o Governo falou “Eu asfalto, mas não dou mais nenhum tostão, mas asfalto”. O governo, então, se comprometeu a asfaltar lá, recapear toda a instituição, e a Universidade continuava com as Parceladas. Esse foi um dos acordos feitos (Entrevista do professor Edmir Ribeiro Terra).

Esses acordos que, a nosso ver, aconteceram de forma quase impositiva, levaram os cursos a funcionarem em condições precárias. Não havia mais as bolsas nem os pagamentos dos professores pelo governo. A Universidade, segundo o professor Edmir Ribeiro Terra, passou a arcar com o pagamento dos docentes, que passaram a receber bem menos do que antes. O mesmo professor ainda observa: “Para você entender, vamos supor que eu recebia seiscentos reais por período, então, passei a receber quatrocentos”. O governo continuou apenas cedendo os prédios escolares, já que isso não gerava gastos extras. O professor Antônio Lino Rodrigues de Sá afirma ter feito “um projeto para o FNDE³ para concluir o pagamento dos professores tanto de Jardim como de Coxim”. Além disso, ainda ocorreu um contratempo com o recurso pleiteado pela instituição, pois o “FNDE repassou, mas o estado não. Então foi isso: o FNDE repassou para o estado, mas o estado não deu a contrapartida”, observa o professor Antônio Carlos do Nascimento Osório. Assim, um dos problemas mais ressaltados por nossos colaboradores e que pode ter sido fundamental para a extinção do projeto foi o financeiro: a falta de bolsa de estudos, que, segundo o professor Edmir Ribeiro Terra, era um motivador para os professores fazerem o curso durante as férias, deixando a família em cidades distantes que, na época, eram de difícil acesso. Havia também uma grande insegurança a respeito da realização das etapas seguintes. Nem mesmo os professores sabiam se aconteceriam e quando aconteceriam os cursos.

Uma das maiores deficiências dos cursos, segundo o professor Edmir Ribeiro Terra, era a falta de orientação aos ministrantes, pois era necessário considerar, de modo consistente, que o público dessas licenciaturas em regime parcelado era distinto dos que frequentavam os cursos regulares, o que implicava a necessidade de estratégias diferenciadas: “nós considerávamos como se eles estivessem entrando na faculdade aqui. Mas eles eram estudantes com bases diferentes”. O mesmo professor ressalta ainda que os “professores tratavam da mesma forma o curso regular e o curso

³FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

das Parceladas, o tratamento era praticamente igual: era um curso universitário”. Nas palavras desse colaborador, o discurso vigente era de que “não era para 'ferrar', mas não era para dar nota também”. Essa deficiência quanto à clareza e profundidade das orientações, como apontado pelo professor Edmir, é destacada também na narrativa do professor Antônio Carlos do Nascimento, já que, segundo ele, essa aproximação indesejável entre coisas diferentes gerava muitas reprovações, uma vez que os professores reproduziam as ações e/ou os procedimentos que levavam a efeito na sede da Universidade. Esse fator talvez fosse provocado, segundo o idealizador, porque, “naquele momento, a maioria dos professores, tanto da área de Biologia, Matemática, Química e Física, era de bacharéis da Universidade, não era de licenciados.” Neste sentido, os professores que atuavam nas Licenciaturas em Regime Parcelado faziam “uma leitura do ensino superior muito ortodoxa, muito tradicional”, frisa o colaborador, que, por fim, destaca que a maior reprovação e a maior evasão foram na área de Ciências (Matemática).

Apesar de todas as limitações e deficiências, o curso é avaliado como uma experiência gratificante pelo professor Luiz Carlos Pais, já que os professores leigos, que cursavam as Licenciaturas em regime parcelado “tinham uma vontade imensa de aprender Matemática, pois eles já estavam em sala de aula, compromissados, tinham certa consciência das deficiências que possuíam na questão de conteúdo e queriam se aperfeiçoar”. Neste sentido, destaca, teria ocorrido uma melhoria gigantesca, incalculável, nos conteúdos ministrados pelos professores que deixaram de ser leigos. Houve ganho qualitativo no ensino do interior do estado. Nessa mesma direção vai o depoimento do professor Celso Correia de Souza, que pensa que o estado teve um ganho com a qualificação oferecida para os professores por meio desses cursos: “se ele [o professor] está mais qualificado, ele ensina melhor”. Nesse sentido, o professor-formador Sidnei Azevedo de Souza observa que “o curso cumpriu sua função e todo mundo aprendeu um pouco mais”, capacitando, assim, os professores que já atuavam em sala de aula.

No entendimento de outro entrevistado, o professor Antônio Lino Rodrigues de Sá, as Licenciaturas em regime parcelado da década de 1990 foram uma experiência que, à época, fez diferença, pois, para ele, os professores passaram a interessar-se mais, participavam mais de outras atividades e começaram a buscar mais conhecimento: “O interesse deles sempre foi muito grande, então, eles se tornaram a elite da Matemática nos seus municípios. Eles ralaram muito durante esses seis anos”. Conforme analisa o professor-formador José Luiz Magalhães de Freitas, à época,

[...] o oferecimento desses cursos foi um excelente trabalho de extensão da UFMS, creio, foi uma das melhores ações que a Universidade fez. Porque senão esses professores não teriam habilitação, ou seja, continuariam sendo professores leigos. Eles não teriam nem contato, às vezes, com certos temas, teorias, ou seja, eles tiveram a oportunidade de estudar um pouco mais de Matemática, um pouco mais não, de estudar conteúdos e metodologias de Matemática, entre outras coisas. Para eles, foi uma oportunidade e, se não fizessem isso, dificilmente fariam de outra forma. Eu não tenho dúvida de que foi muito válido para melhorar a formação deles (Entrevista do professor-formador José Luiz Magalhães de Freitas).

Vale notar que essa avaliação do curso também é feita pelo professor-aluno Antônio Enes Nonato, que considera a iniciativa da UFMS uma imensa oportunidade dada aos professores leigos: “Se nós não tivéssemos feito as Parceladas, na época, nós não teríamos feito um curso superior, porque tínhamos que continuar trabalhando, vendendo pipoca sem sal e sem açúcar. Assim, com o curso, nós vendemos pipoca com sal e açúcar”.

Apesar de as Licenciaturas em regime parcelado serem avaliadas por nossos colaboradores positivamente, depois da formação dessas turmas – uma única turma de cada uma das áreas de atuação do projeto, considerando os alunos que entraram para a segunda etapa e a junção das turmas de diferentes polos –, a iniciativa foi interrompida. A esse respeito, o professor Edmir Ribeiro Terra manifesta que as Licenciaturas em Regime Parcelado não tiveram continuidade devido aos governos. Para ele, a Universidade não conseguiu, sozinha, levar adiante um projeto desse tipo; afinal, a demanda vem do estado e, assim, o governo do estado deveria querer resolver ou minimizar o problema. Além disso, o nosso colaborador destaca que os professores da UFMS não podiam ter outra fonte de renda que não aquela da Universidade, já que eles tinham dedicação exclusiva e, como lecionavam nos cursos regulares, eles podiam trabalhar nesses cursos somente nas férias.

Professores como Antônio Carlos do Nascimento Osório, Luiz Carlos Pais e Sidnei Azevedo de Souza acreditam que, hoje, não faz mais sentido a oferta de cursos dessa modalidade no estado do Mato Grosso do Sul, uma vez que há oferecimento de cursos de Matemática em instituições oficiais, públicas, no interior do estado e, também, em universidades particulares. Além disso, na atualidade, a situação do professor leigo foi abrandada, conforme salienta o professor Luiz Carlos Pais, ao menos parcialmente, pelo oferecimento de cursos em Educação a Distância (EAD), que têm formado professores em uma escala maior. O professor Antônio Carlos do Nascimento Osório, concordando, considera que com os cursos em EAD não haveria mais espaço para as Parceladas. Entretanto, o professor Edmir Ribeiro Terra acredita

e defende a ideia de que, hoje, haveria ainda, no interior do estado, clientela para um curso em modalidade parcelada: “eu acho que é possível; mesmo a gente tendo a Educação a Distância, mesmo tendo a internet, é possível que se tenha tudo de novo”. “Eu não estou com saudosismo não, eu estou ainda mostrando que, hoje, ainda, a necessidade é grande. É necessário”. O posicionamento do professor Edmir Ribeiro Terra reflete uma perspectiva crítica sobre a atual oferta de Educação a Distância e destaca a persistente demanda por modalidades de ensino parceladas, sugerindo uma necessidade contínua de adaptação e inovação na oferta educacional, mesmo diante dos avanços tecnológicos e das mudanças no cenário educacional contemporâneo. Sua visão ressalta a complexidade da dinâmica educacional contemporânea, sugerindo que abordagens mais próximas das tradicionais - no caso, as presenciais - podem ainda atender necessidades específicas, evidenciando a complexidade das transformações no panorama educacional.

Considerações

A análise de todo o processo histórico nos faz perceber que a estratégia da oferta de cursos emergenciais e em parcelas, no estado de Mato Grosso do Sul, teve como intenção fixar pessoas em certas localidades para alcançar os objetivos do estado, preocupado com a rápida expansão do sistema de ensino e com o desenvolvimento das regiões, sendo necessário atender uma demanda específica. Esse - e não a preocupação com uma formação consistente dos professores leigos que atuavam em regiões como o Centro-Oeste - foi o principal objetivo. As intenções primeiras, originárias, sempre ficaram ocultas, ao mesmo tempo que o discurso da lei e aquele promovido e reproduzido em cursos de formação tornava a ideia legítima, não percebendo os sujeitos que abraçavam, com a ideia, uma estratégia que servia aos interesses de alguns como se fossem interesses de todos.

Contudo, precisamos observar que, à época, essa foi vista como a única saída - ou a saída possível - para um estado da federação extremamente carente de professores habilitados e sem cursos suficientes para atender suas necessidades. Dessa forma, apoiado na legislação e valendo-se da sua posição privilegiada na Universidade, e por ter circulado em diversos espaços – atuou como secretário da educação, superintendente e conselheiro –, o idealizador do projeto não só elaborou a proposta como fez os acordos institucionais para que essa modalidade de formação ocorresse.

É possível perceber, no conjunto de relatos que coletamos, que os idealizadores das Licenciaturas Parceladas da década de 1990 em momento algum

tentam diferenciar a formação regular daquela formação possível e prevista pelas Parceladas. Ao contrário, tenta-se oferecer o mesmo tipo de formação em situações e espaços muito diferentes, o que, se pode ser visto como uma forma de não desprestigiar uns em detrimento de outros, pode ser expressão que confere o mesmo peso a medidas bastante distintas.

Apesar de os nossos próprios colaboradores destacarem várias limitações e problemas desses cursos, como, por exemplo, o curto tempo para os alunos assimilarem, sistematizarem e problematizarem o conteúdo, nossos entrevistados acreditam que as Licenciaturas Parceladas de Curta Duração de Ciências foram de grande valia. É frequente e dominante, nas falas dos entrevistados, o intenso interesse dos alunos-professores, o que tornava gratificante lecionar nessa modalidade de ensino, de acordo com os professores-formadores. Assim, talvez pela maturidade dos alunos-professores, talvez por um reconhecimento ao trabalho e engajamento dos professores universitários, os alunos dedicavam-se de modo muito mais intenso que os alunos dos cursos regulares, garantindo, desse modo, um relativo sucesso a essa modalidade de Licenciatura. É possível que o sucesso que os professores-formadores atribuem à iniciativa esteja vinculado ao fato de eles terem incorporado o que a lei explicitamente rezava: antes pouco que nada, melhor alguma formação que formação alguma. Mas foi, sim, pouco, já que os alunos saíam, na visão de muitos dos nossos colaboradores, com deficiências sensíveis. O desrespeito do estado em relação ao que fora acertado previamente ceifou a iniciativa de maneira brutal, sem que fosse possível avaliá-la minimamente de modo a promover as adequações e readequações necessárias e naturais a uma iniciativa tão diferenciada como foi o programa das Licenciaturas Parceladas.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval. Muniz. **História**: a arte de inventar o passado. Bauru - SP: EDUSC, 2007.

BITTAR, Marisa. Mato Grosso do Sul, a construção de um estado: poder político e elites dirigentes sul-mato-grossenses. vol. 2. Campo Grande, MS: **Editora UFMS**, 2009.

BOURLEGAT, Cleonice Alexandre; **Mato Grosso do Sul e Campo Grande: articulações espaço-temporais**. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado)- Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. 2000.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal. 1998. Disponível em:

http://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/ADC1988_05.10.1988/art_60_.asp. Acesso em: 10 dez 2023.

CURY, Fernando Guedes. (2011). **Uma história da formação de professores de Matemática e das Instituições formadoras do Estado de Tocantins**. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Universidade Estadual Paulista – Unesp, Rio Claro. 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/1c834030-77de-40f2-b933-d224279ddb2>. Acesso em: 06 dez 2023.

FERNANDES, Filipe Santos. **A quinta história: composições da educação matemática como área de pesquisa**. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Universidade Estadual Paulista – Unesp, Rio Claro. 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/4aa4421a-7af8-405f-ab02-a0d3bbef5916/content>. Acesso em: 06 dez 2023.

GONZALES, Kátia Guerchi. **Formar professores que ensinam Matemática: uma história do movimento das Licenciaturas Parceladas no Mato Grosso do Sul**. Tese (Doutorado em Educação para a Ciência) - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências - Unesp, Bauru. 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/211bb7cb-9011-43fa-b849-566dea745aed>. Acesso em: 06 dez 2023.

MARTINS-SALANDIM, Maria Ednéia. **Escolas técnicas agrícolas e Educação Matemática: história, práticas e marginalidade**. Dissertação de Mestrado em Educação Matemática. Universidade Estadual Paulista - Unesp, Rio Claro. 2007. Disponível em: http://www2.fc.unesp.br/ghoem/trabalhos/5_3_Dissertacao_Martins-Salandim-red.pdf. Acesso em: 06 dez 2023.

MORAIS, Marcelo Bezerra de. **Peças de uma história: formação de professores de matemática na Região de Mossoró (RN)**. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática), Universidade Estadual Paulista, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/b769ea57-38d5-49ec-ac8f-788180a73d46>. Acesso em: 06 dez 2023.

OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento. Interiorização do ensino de graduação que teve como sub-projeto a Integração do ensino de 1º, 2º e 3º graus. **UFMS**. 1990.

SILVA, Ricardo Souza da. **Mato Grosso do Sul: labirintos da memória**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, Dourados. 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/324/1/RicardoSouzadaSilva.pdf>. Acesso em: 09 jan 2024.

Submetido em fevereiro de 2024

Aceito em maio de 2024